

Seplan treina negociadores

William Salasar

São Paulo — A inserção do Brasil na revolução financeira defendida pelo embaixador nos Estados Unidos, Marclio Marques Moreira, pode ser uma solução para o tratamento da dívida externa. Mas o processo demanda tempo, treinamento de pessoal, mudança de mentalidade dos brasileiros que tratarão com os futuros financiadores do desenvolvimento do país (os investidores institucionais, em vez dos bancos comerciais), e até mesmo o comezinho, porém indispensável, relacionamento pessoal, que regula boa parte do relacionamento financeiro entre países e instituições.

Já existe na Seplan uma equipe com cerca de dez pessoas trabalhando em tempo integral num plano de integração do país ao que Marques Moreira chamou de "nicho moderno do setor financeiro mundial", em recente entrevista publicada pelo JORNAL DO BRASIL. No programa da Seplan, incluem-se o envio de brasileiros para um estágio no Departamento de Captação de Recursos do Banco Mundial, dirigido por Eugene Rotberg. O estágio foi acertado entre o ministro do Planejamento, João Sayad, e o Banco Mundial, que treinará brasileiros para fazerem, pelo Brasil, o que a equipe Rotberg fez pelo banco, captando 100 bilhões de dólares para os programas da instituição.

Em abril, a Seplan vai enviar o professor Stephen-Charles Kanitz, da USP, à Suécia, Dinamarca, Holanda e Espanha para estudar in loco a estrutura organizacional de captação de recursos estrangeiros desses países, considerados os mais ágeis e hábeis em todo o mundo em atrair capital externo para suas economias, dentro do novo sistema financeiro internacional, cujas estruturas mudaram radicalmente nos últimos anos.

"O Brasil não vai mais conseguir de bandeja os capitais que precisa obter no mundo industrializado. Terá de batalhar por dinheiro novo, que dificilmente virá dos bancos comerciais. Para essa batalha é necessário levar gente bem treinada", diz uma fonte da Seplan, que endossa integralmente a análise do embaixador Marclio Marques Moreira.

A Seplan tem pressa em formar a equipe — que não se deverá restringir ao Planejamento, mas também abranger técnicos de outros ministérios e do Banco Central e profissionais de mercado do setor privado. A idéia central é que o país necessita de um corpo de técnico e

profissional adequado para trabalhar o relacionamento financeiro do país com o mercado internacional de capitais, de preferência raciocinando em termos de mercado de capitais, e não de mercado financeiro *strictu sensu*. Ou seja, trabalhar pensando no mercado dos investidores institucionais (fundos de pensão, companhias de seguros, fundos mútuos de investimento). A pressa decorre do tempo que essas empreitadas levam para amadurecer e dar frutos. "As sementes que estão sendo lançadas hoje só vão dar frutos daqui a cinco ou seis anos, mas é preciso começar logo", ressalta a fonte da Seplan.

As idéias alternativas de tratamento da dívida externa não são novas, mas sua implementação esbarra em problemas difíceis de contornar. O principal refere-se aos termos em que foram contratadas as anteriores renegociações da dívida com os bancos internacionais. É proibido, por exemplo, o país quitar sua dívida com um único banco. Pelos contratos assinados desde o mandarinato do ex-ministro Delfim Netto, a quitação da dívida tem de ser apreciada globalmente. Em termos mais simples, isto significa que ou o país paga a todos os bancos ou não paga a nenhum. Ora, uma das idéias alternativas visa justamente eliminar do quadro de credores bancos mais problemáticos, que resistem a acordos de longo prazo, ou redução dos encargos da dívida.

Isso poderia ser feito mediante, por exemplo, a emissão de títulos brasileiros, garantidos pelo Tesouro, com uma cláusula pela qual o capital devido fosse corrigido por um indexador (tipo *consumer price index* americano) e sobre esse capital corrigido fossem pagos juros — algo parecido com um CDB pós-fixado. A rigor, o Brasil estaria exportando a antiga correção monetária. O país também poderia emitir papéis semelhantes às nossas Letras do Tesouro Nacional (LTN), com um determinado valor de face a uma taxa de desconto, ou um deságio. Esses papéis seriam emitidos pelo Tesouro Nacional, endossados pelos bancos credores e por estes vendidos aos investidores institucionais. O Banco Itaú, há alguns meses, fez uma emissão de *commercial papers* em moldes parecidos, que parece ter sido bem aceita. Mas a idéia dos planejadores da Seplan é mais ambiciosa.

O momento atual, porém, é pouco propício a essas idéias novas. A "dívida pretérita", como diz Marques Moreira, tem de ser necessariamente renegociada, em termos que ainda não se conhece, mas tudo indica que pouco favoráveis ao país.